

DECOLONIALIDADE: RUPTURA COM A HEGEMONIA DO CONHECIMENTO E REVERBERAÇÕES NA ARTE

DECOLONIALITY: RUPTURE WITH THE HEGEMONY OF KNOWLEDGE AND REVERBERATIONS IN ART

Raquel das Neves Coli

UFES

Resumo: O presente artigo trata sobre decolonialidade a partir de alguns teóricos como Anibal Quijano, Luciana Ballestrin, Ramón Grosfoguel e Walter Mignolo. Abordando como a partir da colonização criou-se uma hegemonia do conhecimento que perdura até os dias atuais em todos os campos do saber, sendo analisado nesse artigo o campo da arte. Assim, após um breve percurso sobre a decolonialidade, são abordados alguns trabalhos artísticos que incorporam em suas obras questões do debate sobre colonização e decolonialidade.

Palavras-chave: arte; decolonialidade; hegemonia; conhecimento.

Abstract: *This article deals with decoloniality through some theorists such as Anibal Quijano, Luciana Ballestrin, Ramón Grosfoguel and Walter Mignolo. Approaching how, through colonization, the hegemony of knowledge present in all fields of knowledge was created, being analyzed in this article the field of art. Thus, after a brief journey on decoloniality, some artistic works that incorporate issues of the debate on colonization and decoloniality are approached.*

Keywords: *art; decoloniality; hegemony; knowledge.*

O sistema acadêmico precisa rever suas fontes. O leitor pode-se perguntar: “Por que o sistema acadêmico precisa rever suas fontes?” E o começo da resposta é que ao analisar esse sistema vemos que ele foi construído a partir de um referencial de uma maioria de homens brancos, europeus, provavelmente heterossexuais, cisgênero e de posses, ou seja, pessoas que sempre estiveram em posições privilegiadas na história. Isso não significa que negamos a contribuição destes, mas sim que precisamos nos atentar aos discursos adotados sobre os povos colonizados.

As narrativas históricas da forma como são ensinadas se dão como indiscutíveis, como verdades universais. Entretanto, alguns grupos de pesquisadores passaram a desconfiar das histórias que são contadas como tal. A quem essas narrativas de mundo interessam? A quem servem? Quem as narra? Na busca de identificar a construção das Ciências, surgiram alguns grupos de pesquisadores propondo um olhar diferente para regiões que foram colonizadas. Afinal, a história chega até nós narrada justamente pelos colonizadores do mundo e não pelos povos colonizados.

Aqui menciono brevemente, alguns intelectuais que contribuíram para o pensamento pós-colonial, como Franz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi e Edward Said, que pensaram a condição do colonizador x colonizado, em um intervalo de tempo próximo. O grupo entendeu a difícil relação entre aqueles que oprimem e os oprimidos. Fanon expressou, de acordo com Luciana Ballestrin (2013), a impossibilidade da construção de identidade do oprimido por conta da presença do opressor.

Entretanto, mesmo na tentativa de dar voz aos colonizados/subalternos, a maioria destes intelectuais são europeus; e ao contrário do que prega o pensamento científico moderno, o sujeito enunciativo não se dissocia do “lugar epistêmico

geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia” (GROSFOGUEL, 2008, p. 119).

Sendo assim, Ramón Grosfoguel defende que ao neutralizar o sujeito enunciativo, a ciência moderna acabou também por neutralizar seu local geopolítico de fala, ocultando ambos como se fossem dissociados um do outro. Mais tarde surge o grupo Sul-asiático de Estudos Subalternos, na década de 1970, na Índia,

[...] com a liderança de Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano, –cujo principal projeto era analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana. (GROSFOGUEL, 2008, p. 116 apud BALLESTRIN, 2013, p. 92).

A partir dos Estudos Subalternos percebe-se a necessidade de descolonizar¹ o conhecimento produzido também por intelectuais de países colonizados, pois esses também foram contaminados pela educação universal europeia. Luciana (2013) explica que Ranajit Guha ao propor o estudo pós-colonial na Índia continuou ligado ao grupo “principal” de Césaire, Memmi e Fanon, europeus que lançam um olhar descolonizador, mas que para Walter Mignolo, por exemplo, ainda não era o suficiente; era necessária uma mudança radical, de pensadores subalternos produzindo o conhecimento do Sul e não o Sul sendo – novamente - objeto de pesquisa investigado por outros fora de sua realidade.

Alguns intelectuais componentes do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, in-

1 Descolonizar é o termo usado para se referir ao momento de independência política dos povos colonizados. Ao decorrer do capítulo será usado o termo decolonial/decolonização sem S, pois o Grupo Modernidade/Colonialidade acredita na existência da colonização de outras formas após os processos de descolonização.

satisfeitos com a ligação ao grupo “original” e alegando que o grupo Sul-asiático produzia em inglês, uma “língua imperial”, perceberam a necessidade de romper com o coletivo e criar, na década de 90, o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)² pois:

Entre as muitas razões que conduziram a desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) aqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados). Para todos nós que tomamos o partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar - a epistemologia e o cânone ocidentais (GROSFUGUEL, 2008, p. 116 apud BALLESTRIN, 2013, p. 96).

Assim, o rompimento se deu por crítica à importação de teorias geradas em outros locais e aos estudiosos europeus, pois estes falavam de um lugar que não são pertencentes, apenas Guha vinha de um local de fala subalterno. O Grupo M/C defende que não se pode contar a história da América Latina se baseando em estudos de outras colônias que tiveram processos de colonização diferentes.

É válido ressaltar que a proposta decolonial

² O Grupo Modernidade/ Colonialidade é formado por vários intelectuais ao redor do mundo que se propõem a pensar a situação dos colonizados. Assim, se encontra vinculada a diversas instituições, como: Universidad Nacional de San Marcos (Peru), Universidad Nacional Autónoma de México, Duke University (EUA), Yale University (EUA), Pontificia Universidad Javeriana (Colômbia), University of California (Berkeley, EUA), University of North Carolina (EUA), Universidad Andina Simón Bolívar (Equador), Universidade de Coimbra (Portugal), Universidad Nacional de Salta (Argentina).

não ignora nem diminui os conhecimentos produzidos pelo Norte Global; ela busca reconhecer, resgatar e valorizar os conhecimentos que foram apagados do Sul Global pela colonização, já que reprimiram os conhecimentos dos colonizados e os obrigaram a incorporarem os seus, o que provocou o apagamento em massa de saberes que não fossem europeus, resultando numa hegemonia do conhecimento, branca e europeia.

A novidade aqui é que o grupo M/C, assim como outros movimentos teóricos, entrou naquilo que Visvanathan (2004) chamou de “Guerra da Ciência”. O movimento de descobrimento e de revalorização das teorias e epistemologias do Sul tem crescido nos últimos anos em diversas áreas e universidades do mundo. Como defende Mignolo (2003), não se trata da substituição de um novo paradigma nos termos de Kuhn, mas do surgimento de “paradigmas outros” (BALLESTRIN, 2013, p. 104).

Dessa forma, os conhecimentos podem conviver sem um se impor ao outro, sem um conhecimento ser considerado superior, apagando e subjugando outros, como aconteceu nos processos das colonizações, o que resultou na hegemonia do conhecimento europeu. Uma resposta às hegemonias do conhecimento será denominada por Walter Mignolo como pensamento de fronteira que “[...] desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que tal pensamento moderno seja de esquerda ou progressista” (MIGNOLO, 2003, p. 52, apud BALLESTRIN, 2013, p. 106).

A colonialidade consiste em atos, pensamentos coloniais que não foram extintos com a descolonização. A máquina colonial de dominação necessita da invenção do Outro, para a organização da sociedade moderna continuar

exercendo seu poder sobre os dominados. Ao desumanizar/animalizar o Outro, como foi com os negros ou ao tratar os indígenas como bárbaros e sua resistência como impedimento de uma suposta evolução - a modernidade - se justifica a violência contra esses povos, pois estes estariam impedindo a “melhoria” do mundo.

Assim, se retira o peso de culpa do colonizador, justificando a violência empregada contra esses povos que resistiam, pois, o colonizador estaria apenas cumprindo seu papel para o “avanço” do mundo. Foi assim na colonização e a colonialidade foi moldada dentro desse processo de classificação de raças, gerando uma divisão social da população. Essa divisão se perpetua e influencia a forma de distribuição do trabalho, fazendo com que raças não-europeias e não-brancas ficassem com trabalhos inferiores na hierarquização do mercado já que europeus/brancos haviam absorvido que outras raças não eram merecedoras de salários (resquício da escravidão), como aponta Quijano (2005, p. 110):

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos.

Assim, o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Aníbal Quijano, se perpetua mesmo após o fim do colonialismo. A colonialidade do poder é, explica Quijano (2002, p. 4), “um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’”. A ideia

de raça reforça o discurso de superioridade dos europeus sobre os não-europeus/brancos. De acordo com Quijano (2005, p. 107) com o avanço do colonialismo europeu no mundo se elaboraram os conhecimentos eurocêntricos e a teoria de inferioridade de outras raças, desse modo se reforçou a dominação já estabelecida pela colonização.

Assim, com a nova organização do trabalho que passou a ser assalariado, os não-europeus estavam sempre atrelados a cargos menores, com menor remuneração, o que permite um controle econômico dessas populações. Quijano (2005, p. 109) explica essa associação entre raça e salário:

Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista a do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido.

Dessa forma, se manteve o controle sobre os povos colonizados, por isso a decolonialidade aponta que não bastou o fim da colonização e independência política dos países dominados, a colonização permeou-se de maneira tal nas sociedades colonizadas que novas formas de dominação foram se estabelecendo para um controle de poder. Porém, a colonialidade do

poder não controla apenas a economia e política, dela derivam outras formas de dominação como a da natureza, sexualidade, gênero, subjetividade e conhecimento. Quijano (2005, p. 110) explica que “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”.

Logo, foi necessário que se impusesse a cultura dos dominadores, conseqüentemente apagando a cultura dos dominados, principalmente se estas não convergissem com os valores morais, religiosos e de produção de conhecimento dos colonizadores. Assim,

[...] forçaram - em medidas variáveis em cada caso — os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura. Enfim, o êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, segundo a apta formulação de Wallerstein, desenvolveu nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo. Mas no caso europeu esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América. A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores. (QUIJANO, 2005, p. 111).

Dessa maneira, percebe-se como a partir da classificação racial os europeus/ brancos colonizadores foram criando a perspectiva de que eram superiores aos outros povos e únicos merecedores de pagamento remunerado no novo sistema econômico que vinha se estabelecendo e como a partir da imposição de seus valores morais e culturais foram disseminando sua cultura, conhecimento e raça como a única verdadeira.

Assim, a Europa avança sendo o centro do mundo e destruindo todos os conhecimentos, saberes, economias que não se adaptassem ao seu modelo. Como visto acima com Quijano (2005), foi necessário que se fosse destruindo toda a cultura e subjetividade dos povos dominados para que se exercesse de fato um poder forte e duradouro contra os colonizados mesmo “libertos” com a independência política.

Portanto, se os colonizadores minaram as subjetividades, a cultura como um todo dos povos dominados, uma grande quantidade de conhecimentos outros que não baseados no modelo ocidental europeu e fundados pela razão/iluminismo foi apagada. Assim, o eurocentrismo reforça seu poder e perpetua sua hegemonia de conhecimento.

[...] a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. (QUIJANO, 2005, p. 111).

Assim, ao naturalizar raça como fator de inferioridade de povos não-europeus, o eurocentrismo dominou não só política e economicamente os povos, mas foi destruindo sua cultura e sabe-

res, afirmando que apenas o conhecimento e a cultura europeia eram válidos e que resultaria num ‘avanço’ do mundo. Então além da colonialidade do poder também se tem a colonialidade do saber e do ser.

O eurocentrismo funciona nesse sistema como a chave de sustentação da colonialidade do saber, pois, como vimos anteriormente, se parte de uma perspectiva de mundo que começa e termina na Europa, sendo ela o modelo ideal de sociedade, acreditando em si como modelo universal e fazendo, por meio da dominação e obrigatoriedade de que outros povos incorporassem seus saberes e costumes.

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (QUIJANO, 2005, p. 115)

Para Quijano (2005) é na América que a nova forma de poder econômico que vinha se desenvolvendo – o capitalismo – encontra fértil terreno para atender as suas demandas e aos europeus colonizadores. Assim, de acordo com o autor (2005, p. 115) “Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada

como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo”.

Para todo esse processo, é necessário transformar os não europeus em seres animalizados. Quijano (2005) disserta que, antes dos europeus, corpo e não-corpo não eram separados, mas com a colonização e o cristianismo essas categorias se dividem, sendo a alma mais importante que o corpo, “O processo de separação destes elementos do ser humano é parte de uma longa história do mundo cristão sobre a base da ideia da primazia da alma sobre o corpo”. Desta forma, poderia se oferecer a salvação da alma que resultaria na salvação também, posteriormente, do corpo a partir do momento que não europeus aceitassem a catequização/dominação dos europeus.

Assim, se estabelece além da colonialidade do poder a do ser e do saber, visto que se destroem conhecimentos/saberes não-europeus tidos como inferiores e prevalece uma hegemonia do conhecimento europeu. O pensamento decolonial questiona esses saberes hegemônicos, não nega as contribuições feitas pelos europeus, mas busca uma recuperação de conhecimentos outros que foram apagados pela dominação.

Na busca por essa recuperação e revalorização de outros conhecimentos e saberes, será necessária uma postura de desobediência epistêmica, termo de Walter Mignolo (2008, p. 291), que diz que devemos “aprender a desaprender [...] já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial”.

Na perspectiva decolonial para Mignolo (2008) não basta a teoria decolonial sem o fazer, visto que “distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos



Figura 1. Imagem da série Bastidores. Rosana Paulino. Imagem transferida sobre tecido, bastidor e linha de costura. 30 cm diâmetro. 1997. Fonte: Site da artista. Disponível em: <http://www.rosanapaulino.com.br/blog/?s=bastidores>.

descoloniais; quando você entra no campo do quíchua e quechua, aymara e tojolabal, árabe e bengali etc.". Nessas culturas não existia a separação das coisas em categorias como a imposta pelo eurocentrismo, como o mente/corpo, europeu/não-europeu, por exemplo.

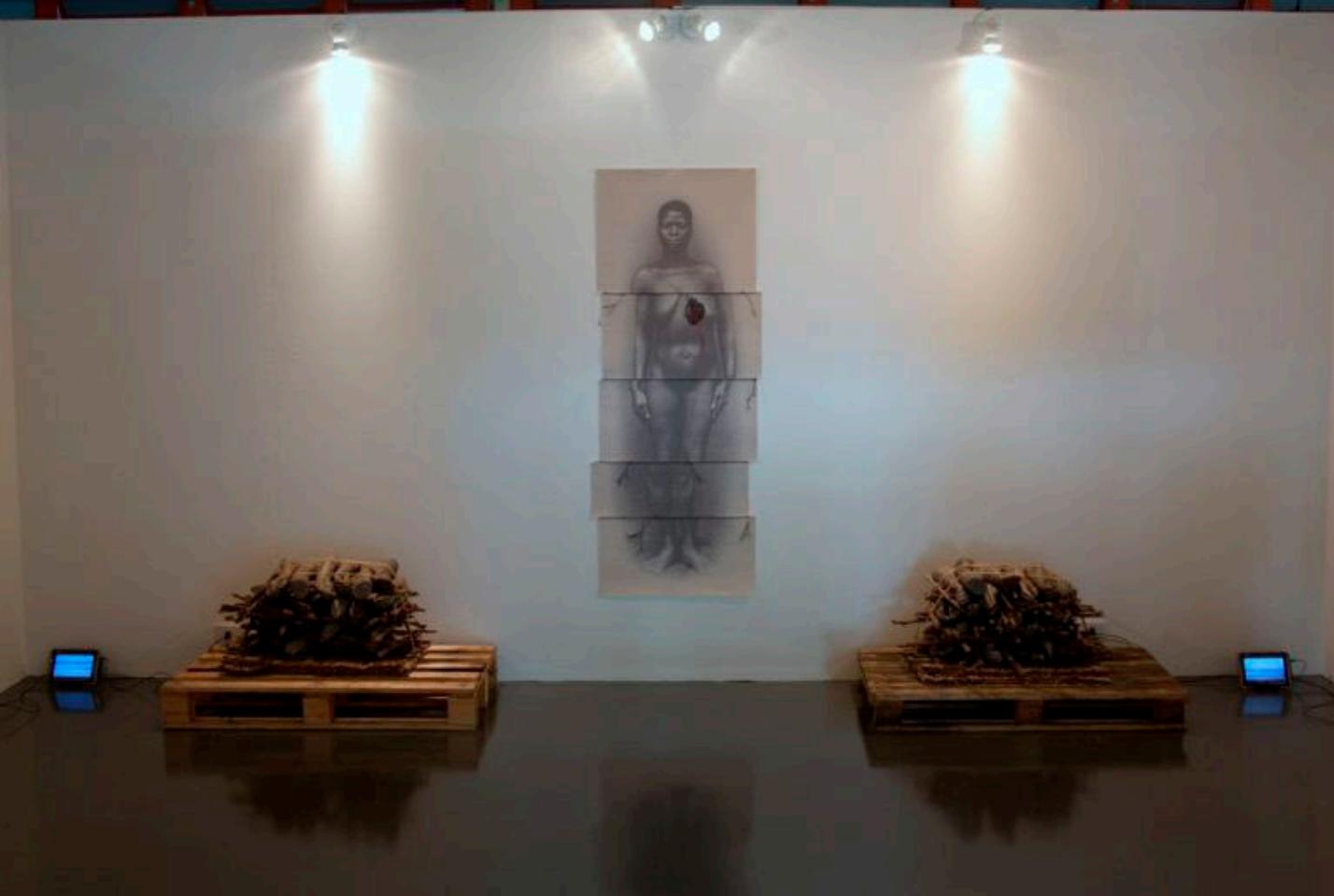
Assim, de acordo com Luciana (2013), Nelson Maldonado-Torres irá cunhar o termo giro decolonial que "significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, a lógica da modernidade/colonialidade". Ou seja, a partir do pensamento fronteiro e decolonial se cria um giro nas narrativas que vinham sendo contadas como únicas, se resiste à lógica moderna epistemológica e abre diálogo e in-

vestigação para o que foi apagado e vem sendo recuperado.

Dessa forma, o pensamento decolonial propõe que se olhe para narrativas hegemônicas e as questione, que se decolonize o saber para assim ter a chance de decolonizar o ser e o poder consequentemente. Portanto, o giro decolonial nos permite olhar para os acervos, exposições e história da arte que vêm sendo contados até então e rebuscar e valorizar o que foi ignorado por uma arte dita maior.

Perspectivas decoloniais no campo da arte

No campo da arte a crítica decolonial reverbera em alguns trabalhos de artistas que pesqui-



sam sobre colonialidade, racismo, feminismo e desejam criar uma reflexão sobre essas questões, como é o caso da artista Rosana Paulino. Rosana, uma mulher negra, que ao perceber sua condição no mundo e a de tantas outras, traz em sua poética a discussão de assuntos como colonialidade e feminismo. Na obra *Bastidores* (1997), a artista se utiliza meios tidos como femininos, como o tecido e a linha para costurar bocas e olhos de mulheres, como referência as violências sofridas por tantas.

Nessa obra o bordado, tido como expressão de fertilidade na sociedade, aparece como denúncia, como demarcação de discurso político e como ato de agressão à imagem - nesse caso de uma mulher negra, mas em analogia e comparação ao processo de emudecimento de

muitas outras mulheres e podemos dizer que dos povos colonizados. Assim, Rosana Paulino declara sobre seu próprio trabalho:

Utilizar-me de objetos do domínio quase exclusivo das mulheres. Utilizar-me de tecidos e linhas. Linhas que modificam o sentido, costurando novos significados, transformando um objeto banal, ridículo, alterando-o, tornando-o um elemento de violência, de repressão. O fio que torce, puxa, modifica o formato do rosto, produzindo bocas que não gritam, dando nós na garganta. Olhos costurado, fechados para o mundo e, principalmente, para sua condição no mundo. (PAULINO, 1997, s/p).

Ao utilizar objetos que, geralmente, são entendidos como exclusivos do universo feminino,

Figura 2. Instalação *Assentamento*, Rosana Paulino, 2013. Fonte: Site da artista. Disponível em: <http://www.rosanapaulino.com.br/blog/?s=assentamento>.

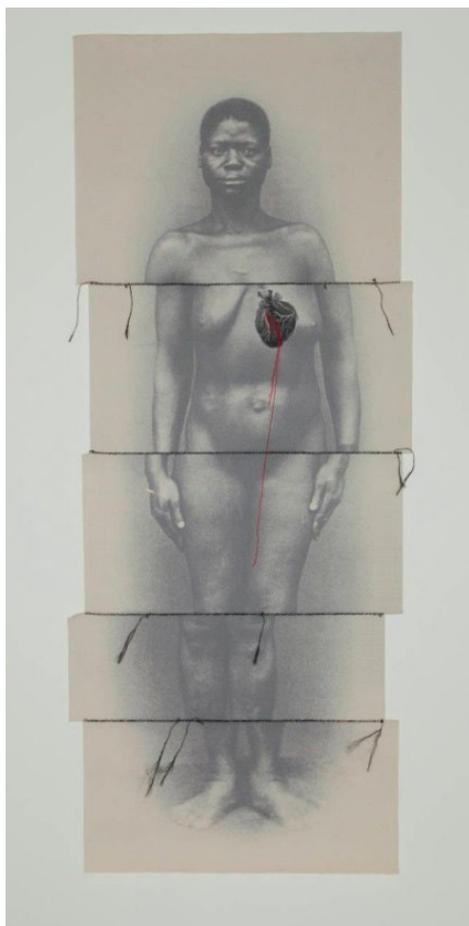


Figura 3. Detalhe da instalação Assentamento, Rosana Paulino, 2013. Fonte: Site da artista. Disponível em: <http://www.rosanapaulino.com.br/blog/?s=assentamento>.

Paulino modifica suas significações como algo feminino, doce, passivo e transforma-os em objetos violentos e repressivos, que machucam e emudecem. A escolha dos materiais feita por Rosana Paulino também é vista em outros trabalhos, como as obras Assentamento (2013) e Atlântico Vermelho (2016).

Em Assentamento (2013) a artista utiliza fotos de August Stahl, pertencentes a um fichamento antropológico, com representações de corpos negros. A artista imprime em tamanho real sob tecido as fotos e as recorta recosturando “com alinhavos marcantes, desalinhando as partes recortadas, mostrando o refazimento dessas pessoas trazidas à força para o Brasil” (PAULINO, 2020, p. 416).

Assim, por meio da sutura - costura cirúrgica – a artista visa trazer a linha também como forma de algo que busca uma cura, mas as marcas causadas são profundas, não encaixando a figura, formando como diz Rosana Paulino (2020) queloides, marcas que se formam na própria formação do povo brasileiro. Além das linhas da sutura vemos uma linha vermelha partindo do coração da mulher negra, o que poderia ser uma referência ao sangue do povo africano que foi derramado no processo de colonização e/ou a ferida daqueles que sobrevivem nessa nova terra e lutam para se reconstruir apesar das feridas. Na instalação também se encontram madeiras e braços de madeira, juntos formam fogueiras, numa apologia a vida dos escravizados



que eram usados como “lenha para queimar”, visto que na visão dos colonizadores a vida dessas pessoas era apenas como uma lenha que podia ser trocada por outra quando a anterior acabasse.

Suturas e sangue também são vistos em outra obra da artista, chamada Atlântico Vermelho (2016). Com a junção de diferentes elementos que remetem ao processo de invasão e dominação do território brasileiro, Rosana Paulino expõe novamente esse país construído a partir da exploração do povo africano, contrapondo diferentes representações do dominado e do dominante em paralelo.



Figura 4. Atlântico vermelho, Rosana Paulino, 2017. Fonte: Site da artista. Disponível em: <https://www.rosanapaulino.com.br/blog/category/atlantico-vermelho/>.

Figura 5. Sem título, da série Resistência, Sallisa Rosa, 2017-19, Fotografia digital, impressão offset sobre papel, 30x42 cm. Fonte: Catálogo Exposição Histórias Feministas: artistas depois de 2000, MASP. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/sem-titulo-da-serie-resistencia-4>.

Vemos na imagem 4 navios que trouxeram os escravizados, azulejos portugueses, escravizados trabalhando com rostos/corpos suturados, a escravizada sem rosto e o azulejo que “sangra”. Assim, a artista provoca uma reflexão sobre a construção do Brasil, uma história de sangue e dor que – geralmente – é contada como vimos pela percepção “dos vencedores”. O que se sabe dos povos colonizados sem ser pela concepção do dominador? Qual a imagem que se formou sobre escravizados e indígenas? A escravizada sem rosto pode simbolizar muito para nós, o apagamento sistemático da cultura, conhecimento e subjetividade dos povos no processo colonial. Dessa forma, assim como na história do mundo, na história da arte o cenário não difere muito, as minorias em direitos seguem invisibilizadas.

Por fim, trago o trabalho Resistência (2017-19),

de Sallisa Rosa, no qual a artista cria uma série fotográfica inspirada no acontecimento histórico no qual uma indígena Tuíra Kayapó ameaçou com um facão o à época presidente da Eletro-norte por conta da construção da usina de Belo Monte, que traria imensos prejuízos à natureza e aos povos indígenas que habitavam aquela região. O fato foi marcante mostrando a força e capacidade em resistir às ameaças do governo contra os povos originários. Sendo o facão um instrumento muito utilizado na vida cotidiana do campo, Sallisa Rosa registrou várias fotografias dos facões de familiares e conhecidos, em busca de retratar como resistem às sucessivas opressões, as contínuas tentativas de apagamento.

Dessa maneira, por meio de sua série Sallisa Rosa lembra como é necessária a resistência dos povos originários, que ainda sofrem inúmeras tentativas de emudecimento e apagamento mesmo após o fim da colonização, pois ainda nos tempos atuais vemos os resquícios dos pensamentos coloniais (a colonialidade, mencionada no começo do artigo) que é visibilizada por governos, pessoas que ainda pensam de maneira colonial, fazendo-se necessário um Giro Decolonial para resistir a esses pensamentos e práticas.

A partir da pesquisa A HISTÓRIA DA _RTE: Desconstruções da narrativa oficial da arte (CARVALHO; MORESCHI; PEREIRA, 2019) que identifica dados a partir dos onze dos livros³ mais utiliza-

3 A história da Arte, de Ernst H. Gombrich, LTC, 2000; Arte Moderna, de Giulio C. Argan, Cosac Naify, 1992; Arte Contemporânea: uma história concisa, de Michael Archer, Martins Fontes, 2001; Arte Contemporânea: uma introdução, de Anne Cauquelin, Martins Fontes, 2005; Conceitos Fundamentais da história da arte, de Heinrich Wölfflin, Martins Fontes, 2015; Estilos, escolas & movimentos: guia enciclopédico da arte, de Amy Dempsey, Cosac Naify, 2005; Guia de História da arte, de Giulio C. Argan e Maurizio Fagiolo, Editorial Estampa, 1994; Iniciação à história da arte, de Horst W. Janson e Anthony F. Janson, Martins Fontes, 2009;

dos em cursos de Artes Visuais no Brasil, a invisibilidade dos artistas, obras que não sejam europeus, brancos ficam ainda mais visíveis.

Ao analisar a origem do lugar de fala dos autores desses livros, a pesquisa aponta que dos doze autores dos livros nove são europeus/ europeias e três estadunidenses, sendo que todos são brancos (a), e utilizam uma linguagem que se pretende universal, expondo assim - como foi citado antes a partir de Ramón Grosfoguel - a neutralização do sujeito enunciador e consequentemente de seu local geopolítico como dados imicíveis de acordo com a ciência moderna. Dessa forma, a pesquisa escancara a hegemonia de conhecimento produzida pelo eixo Europa-Estados Unidos.

Para além da autoria percebe-se que “O eurocentrismo é evidente quando analisamos que, de um total de 2.443 artistas encontrados nos livros, 645 são não europeus - e, desses, apenas 246 são não estadunidenses e apenas oito artistas brasileiros e uma brasileira [...]” (CARVALHO; MORESCHI; PEREIRA, 2019). Sendo que dos 2.443 artistas apenas 215 (8,8%) são mulheres e 22 são negros (a) sendo desses 22 apenas 2 mulheres. Assim, ficam nítidos quais são os locais de enunciação dos saberes transmitidos nesses livros, eles são - em grande maioria- saberes do Norte Global.

Dessa maneira, percebemos como a construção da história da arte é realizada em cima do ponto de vista de homens, brancos e europeus. Assim, percebe-se a urgência de um Giro Decolonial no campo da arte, que amplie o debate e investigação para recuperar e valorizar aquelas e aqueles que vêm sendo excluídos sistematicamente do campo da arte.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, 2013, 11: 89-117.

CARVALHO, Ananda; MORESCHI, Bruno; PEREIRA, Gabriel. A HISTÓRIA DA _RTE: Desconstruções da narrativa oficial da arte. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação, SESC*, 2019.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, 2008, 80: 115-147.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação - Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 2008, 34: 287-324.

PAULINO, Rosana. Catálogo do Panorama 97 – MAM, SP, 1997. Disponível em: <http://www.rosanapaulino.com.br/blog/?s=bastidores>. Acesso em: 14 Out. 2020.

PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org.). Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. *Histórias das mulheres, histórias feministas: antologia*. São Paulo: MASP, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos rumos*, 2002, 37.17: 4-28.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo, et al. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, 117-142.

Raquel das Neves Coli

Graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Se interessa por História da Arte e suas intersecções com teorias feministas e decoloniais.